



COMPLEXO DO HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Rua General Carneiro, nº 181 - Bairro Alto da Glória
Curitiba-PR, CEP 80060-900
- <http://chc-ufpr.hubrasil.gov.br>

RCC 3.0 - Termo de Comodato

Processo nº 23759.007450/2026-11

TERMO DE COMODATO

**TERMO DE COMODATO Nº XXXXXXXXXXXXX, CELEBRADO
ENTRE HU Brasil E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXX**

COMODATÁRIA: O HU Brasil, Hospital Universitário XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXX-XXX, neste ato representada pelo seu Superintendente, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, matrícula funcional nº XXXXXXXX, nomeado por meio da Portaria nº XX de XXXXXXXX de 20XX, publicada no Boletim de Serviço nº XX de XXXXXXXX de 20XX e por seu Gerente Administrativo, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, matrícula funcional nº XXXXXXXX, nomeado por meio da Portaria nº XX de XXXXXXXX de 20XX, publicada no Boletim de Serviço nº XX de XXXXXXXX de 20XX, ambos no uso das atribuições conferidas pelo art. 277 do Regulamento de Compras e Contratos do HU Brasil, versão 3.0, aprovado por meio da Resolução n.º 297/2025 do Conselho de Administração

COMODANTE: : XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º XXXXXXXXXXXX, representada neste ato por XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CPF n.º XXXXXXXXXXXX, Telefone: (XX) XXXX-XXXX, endereço eletrônico: XXXXXXXX@XXXXXXXXX, *conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos;*

Conforme Processo Administrativo n.º 23759.007450/2026-11, de acordo com o Pregão Eletrônico Tradicional n.º XXXXXXXXXXXX, proposta comercial apresentada, Termo de Referência, seus encartes e anexos, a COMODATÁRIA e a COMODANTE celebram o presente Termo de Comodato, nos termos da Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016, do Regulamento de Compras e Contratos, versão 3.0 (RCC 3.0), dos normativos internos do HU Brasil, da Lei n.º 8.248, de 22 de outubro de 1991, do Decreto n.º 7.174, de 12 de maio de 2010, da Instrução Normativa SGD/ME n.º 94, de 23 de dezembro de 2022, dos artigos 579 a 585 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, de forma subsidiária, do Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a disponibilização, para os itens de n.º 01 a 60, pertencentes ao Grupo 1 do Termo de Referência, do(s) seguinte(s) bem(ns) em regime de comodato, conforme as exigências descritas no Termo de Referência:

1.1.1. 01 (um) Equipamento Citômetro de fluxo e software de análise

1.1.1.1. 01 (um) citômetro de fluxo de 8 a 10 cores, devidamente registrado no Ministério da Saúde/ANVISA e em conformidade com a legislação sanitária vigente;

I - Configuração óptica: possuir três lasers, no mínimo, sendo azul (488 nm), vermelho (633 nm, 638 nm ou 640 nm) e violeta (405 nm);

II - Capacidade de análise multiparamétrica: permitir análise simultânea de, no mínimo, 10 (dez) canais independentes para detecção de fluorescências, admitindo-se configuração de, no mínimo, 10 (dez) parâmetros celulares (incluindo FSC e SSC), conforme especificação do TR;

III - Desempenho e taxa de aquisição: apresentar capacidade de aquisição de, no mínimo, 10.000 (dez mil) eventos por segundo, com arraste (carryover) < 0,1%, e capacidade de avaliar partículas de 0,5 a 40 µm;

IV - Volume morto de aquisição de 30 microlitros, permitindo coleta direta (tubos de 12 x 75 mm) de amostras de pequena quantidade, sem diluição de material e sem artifícios, artefatos ou ajustes que alterem a configuração padrão da máquina ou compliquem a rotina técnica diária na preparação e aquisição das amostras;

V - Capacidade de adquirir e armazenar, em arquivo único no padrão FCS, **no mínimo 5.000.000 (cinco milhões) de eventos** por tubo/amostra, sem interromper o fluxo de aquisição, mantendo carryover inferior a 0,1%.

VI - Aquisição e armazenamento para DRM: possuir capacidade de coletar e armazenar, **no mínimo**

5.000.000 (cinco milhões) de eventos por tubo em arquivo único, com, no mínimo 10 (dez) parâmetros, de modo a facilitar a análise e reduzir risco de erro no processamento de Doença Residual Mensurável (DRM), com sensibilidade mínima compatível com uso diagnóstico e monitoramento de DRM, conforme especificação do fabricante e requisitos do TR;

VII - Controle de qualidade: fornecer calibradores e controles incluindo esferas de calibração, compensação e controle de qualidade, conforme recomendações do fabricante;

VIII - Equipamento validado/padronizado pelo EuroFlow para os protocolos pré-analíticos;

IX - Consumíveis operacionais: fornecer consumíveis (líquidos, PBS e soluções de limpeza) compatíveis com o equipamento e suficientes para permitir seu uso por 12 (doze) meses e prorrogáveis conforme o contrato;

X - Equipamento compatível com os requerimentos analíticos para a detecção de malignidades hematológicas, imunodeficiências primárias e doença residual mínima (DRM).

XI - Compatibilidade de consumíveis: ser compatível com tubos 12 x 75 mm próprios para citometria de fluxo.

1.1.2. O EQUIPAMENTO CITÔMETRO DE FLUXO DEVE ESTAR ACOMPANHADO DE:

I - **Estação de trabalho contendo computador, mouse, teclado e monitor de no mínimo 24"** (vinte e quatro polegadas), com sistema operacional Windows 10 ou superior, incluindo software de aquisição compatível com o equipamento.

II - Fornecer todos os periféricos necessários (microcomputadores, consumíveis, **nobreaks** etc.), que serão considerados parte do sistema contratado e deverão seguir as rotinas de manutenção especificadas neste termo.

III - Fornecimento de software independente para análise de dados de citometria de fluxo, com licença válida durante toda a vigência contratual. O software de análise deverá possibilitar análise multiparamétrica de dados de citometria de fluxo, com suporte à visualização em gráficos bidimensionais e tridimensionais, criação e aplicação de estratégias de análise com organização hierárquica das populações celulares (`gating` hierárquico), além de análises estatísticas relevantes e compatíveis com o método;

IV - **Estabilizadores de voltagem com sistema de baterias seladas (no-breaks)** compatíveis com as necessidades do equipamento instalado, com autonomia mínima de 30 (trinta) minutos para manter em funcionamento o citômetro e a estação de trabalho em caso de interrupção de energia elétrica, sendo as manutenções preventivas e corretivas dos no-breaks de inteira responsabilidade da Contratada;

V - Possuir sistema de controle de qualidade gerenciado por software que permita emissão de relatórios de desempenho e estabilidade dos sistemas óptico, fluídico e eletrônico, incluindo apresentação gráfica dos parâmetros por gráficos de Levey-Jennings;

VI - Garantia mínima de 12 (doze) meses para o equipamento;

VII - Se for seminovo deve vir acompanhado de Termo e Relatório Técnico que comprove revisão prévia, eventual reposição de peças desgastadas e perfeito estado de funcionamento;

1.2. Vinculam este Termo de Comodato, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. o Termo de Referência;
- 1.2.2. o instrumento convocatório;
- 1.2.3. o Contrato;
- 1.2.4. a proposta da COMODANTE;
- 1.2.5. eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR DO(S) BEM(NS)

2.1. O valor do(s) bem(ns) expresso em moeda nacional, conforme nota(s) fiscal(is) n.º **XX, XX e XX**, apresentada(s) pela COMODANTE e emitida em **XX/XX/XXXX**, é de:

2.1.1. **(XXXXXXXX) XX reais;**

2.2. O valor identificado acima não estabelece qualquer vínculo financeiro entre as partes, servindo apenas para identificar o valor do(s) bem(ns) em caso de sinistro.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência deste Termo de Comodato é de 36 (trinta e seis) meses, com início na data de **XX/XX/XXXX** e encerramento em **XX/XX/XXXX**, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 188 do RCC 3.0.

4. CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA COMODANTE

4.1. São obrigações da COMODANTE:

4.1.1. A **entrega do equipamento** deverá ser efetuada no Laboratório de Imunofenotipagem por Citometria de Fluxo, situado à rua Padre Camargo, 280, primeiro andar no horário das 08:00 às 12:00 horas e 13:00 às 17:00 horas, em dias úteis, conforme endereços constantes neste Termo de Referência. Considerando tratar-se de equipamento de grande porte e elevado peso, a contratada deverá providenciar estrutura adequada para transporte e instalação segura.

4.1.2. A contratada deverá disponibilizar Nota Fiscal de Remessa em Comodato, contendo o quantitativo, descritivo do bem comodatado, número de série e demais informações que facilitem o controle.

4.1.3. Constará no Termo de Comodato o valor do bem comodatado, que será registrado conforme previsão da nota fiscal de compra do equipamento, não sendo válido, para tal finalidade, a inclusão do valor presente de Nota Fiscal de Remessa do bem comodatado.

4.1.4. A contratada deverá apresentar para o equipamento o certificado de registro do produto emitido pela agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA (cópia da publicação no Diário Oficial da União do Registro do produto ou impressão da página de consulta do sítio da ANVISA), que deverá estar anexo à proposta.

4.1.5. A contratada deverá garantir que o equipamento atenda às normas técnicas aplicáveis, especificações contratuais e regulamentações sanitárias/ambientais pertinentes.

4.1.5.1. Caso o equipamento entregue não atenda às especificações estabelecidas, a contratada terá o prazo de até 60 (sessenta) dias corridos para substituição, sob pena de aplicação das sanções contratuais cabíveis.

4.1.6. O equipamento deverá estar em perfeitas condições de funcionamento, devidamente revisado, calibrado e com certificações técnicas vigentes ou o equipamento deverá ser novo, para primeira utilização, estar em perfeitas condições de funcionamento, devidamente revisado, calibrado e com certificações técnicas vigentes.

4.1.7. A contratada deverá fornecer todos os manuais técnicos, instruções de operação, especificações técnicas e documentação necessária ao uso adequado do equipamento em língua portuguesa.

4.1.8. Fica a cargo da contratada prestar assistência técnica especializada durante todo o período do comodato, incluindo treinamento inicial dos servidores que operarão o equipamento.

4.1.8.1. Os treinamentos deverão ser realizados em quantidade e frequência suficientes, de modo a capacitar aproximadamente 06 (seis) profissionais envolvidos na utilização do equipamento, cobrindo os 02 (dois) turnos de trabalho e 01 (uma) unidade assistencial.

4.1.8.2. O HU Brasil poderá prever a execução do treinamento dos usuários em tempo oportuno e antecipado em relação à efetiva entrada do equipamento em uso na rotina assistencial, com vistas a assegurar a capacitação dos usuários e a mitigar riscos para os pacientes.

4.1.8.3. O treinamento técnico consistirá de uma parte teórica, com detalhamento técnico dos equipamento, e uma parte prática, a ser efetuada no próprio equipamento, buscando sedimentar sua correta utilização, os conhecimentos teóricos adquiridos, bem como identificar os defeitos mais comuns e suas prováveis soluções.

4.1.8.4. Semestralmente, caso demandado pelo HU Brasil, poderá ser realizado treinamento de reciclagem na operação dos equipamento nos dois turnos de trabalho.

4.1.9. A contratada deverá ser responsável por toda a manutenção preventiva e corretiva, além de eventuais intervenções recomendadas pelo fabricante e substituição de peças no equipamento fornecido em comodato, de forma a conservá-los em perfeito estado de funcionamento, sem ônus para o HU Brasil.

4.1.10. As manutenções preventivas serão realizadas conforme cronograma técnico estabelecido/orientações do fabricante.

4.1.11. As manutenções corretivas serão solicitadas mediante a abertura de chamados por correio eletrônico e/ou telefone.

4.1.12. Os chamados de assistência técnica on-line deverão responder em até 24 (vinte e quatro) horas úteis.

4.1.13. Quando necessária intervenção presencial a assistência técnica local deverá comparecer no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas úteis, contadas da comunicação formal da falha. Todas as despesas relativas à assistência técnica e científica, incluindo reposição de peças, correrão por conta da Contratada. O restabelecimento do funcionamento do equipamento deverá ser realizado no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas úteis, contadas a partir da comunicação formal da falha pelo HU Brasil à contratada.

4.1.14. Havendo necessidade de reposição de peças, o prazo será de até 10 (dez) dias úteis e, no caso de importação de peças, de até 60 (sessenta) dias úteis, mediante comprovação documental.

4.1.15. A contratada responderá por todos os custos relacionados à troca de peças no equipamento, de caráter corretivo e preventivo, incluindo os casos de falhas fortuitas relacionadas a possíveis variações na rede elétrica;

4.1.16. A contratada realizará a retirada do equipamento disponibilizado em comodato no prazo de 60

(sessenta) dias após ser notificada pelo HU Brasil.

4.1.17. A contratada vai se responsabilizar por todas as despesas referentes a impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, inclusive o custo comercial, inerentes ao objeto do comodato.

4.1.18. A contratada deverá ainda:

I - manter estoque mínimo de peças de reposição e insumos para atendimento emergencial no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas úteis;;

II - disponibilizar atendimento técnico de segunda a sexta-feira, com prazo máximo de resposta/intervenção de até 72 (setenta e duas) horas úteis;

a) oferecer equipe de engenharia e assessoria científica;

b) oferecer serviços inclusos de instalação, treinamento in loco e certificação conforme aplicável;

4.1.19. Quando for solicitado algum tipo de serviço, os técnicos disponibilizados pela contratada deverão se apresentar obrigatoriamente identificados com crachá, uniforme da empresa e com todas as ferramentas necessárias à execução dos serviços. Em seguida, os mesmos serão conduzidos até o local onde se encontra o equipamento.

4.1.20. Os serviços de manutenção deverão ser realizados nas dependências do hospital, de preferência e caso seja possível, no local onde o mesmo se encontra em funcionamento de 08:00 às 12:00 horas e 13:00 às 17:00 horas, em dias úteis, conforme endereços constantes neste Termo de Referência. Atendimentos fora destes dias e horários poderão ocorrer de comum acordo entre HU Brasil e contratada.

4.1.21. Após a realização de cada manutenção preventiva, a contratada deverá fornecer e afixar uma etiqueta adesiva na qual deverá constar as datas da última e da próxima manutenção preventiva, além da identificação do técnico responsável pelo serviço e preencher o prontuário do equipamento e/ou instrumental, com todas as informações referentes a esta manutenção.

4.1.22. Após cada manutenção, deverá ser emitido e entregue à comodatária cópia do relatório individual assinado com identificação de seu emissor, onde constem as condições de operação e funcionamento do equipamento e seus componentes.

4.1.22.1. O HU Brasil não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do termo de comodato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.1.23. O HU Brasil irá designar um empregado público, servidor efetivo cedido ou em exercício no HU Brasil para tratar de todos os assuntos relacionados ao comodato junto à contratada.

5. CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA COMODATÁRIA

5.1. São obrigações da COMODATÁRIA:

5.1.1. utilizar o(s) equipamentos e/ou instrumentais exclusivamente para as finalidades públicas especificadas no contrato;

5.1.2. designar servidores capacitados e devidamente treinados para operação do(s) equipamentos e/ou instrumentais;

5.1.3. disponibilizar local adequado e seguro para instalação do(s) equipamentos e/ou instrumentais, com infraestrutura necessária

5.1.4. zelar pela guarda e conservação do(s) equipamentos e/ou instrumentais, aplicando as normas de uso estabelecidas pela COMODANTE;

5.1.5. permitir o acesso dos técnicos da COMODANTE para realização de manutenções, mediante agendamento prévio;

5.1.6. comunicar imediatamente à COMODANTE qualquer defeito, avaria, furto, roubo ou sinistro envolvendo o(s) equipamentos e/ou instrumentais;

5.1.7. utilizar exclusivamente os insumos fornecidos pela COMODANTE, vedada a aquisição ou uso de produtos de terceiros no(s) equipamentos e/ou instrumentais;

5.1.8. restituir o(s) equipamentos e/ou instrumentais nas mesmas condições em que foram recebidos, considerado o desgaste natural pelo uso adequado;

5.1.9. observar todas as normas de segurança, higiene e ambientais aplicáveis ao uso do(s) equipamentos e/ou instrumentais;

5.1.10. não transferir, emprestar ou ceder o uso do(s) equipamentos e/ou instrumentais a terceiros, ainda que outros órgãos públicos;

6. CLÁUSULA SEXTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. As sanções estão definidas no Termo de Referência.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - EXTINÇÃO DO TERMO DE COMODATO**

7.1. O Termo de Comodato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo fixado, ou quando vencido o prazo fixado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes, sem a devida prorrogação.

7.2. A rescisão do Termo de Comodato pode ocorrer nas seguintes hipóteses:

7.2.1. por ato unilateral formalizado pela COMODATÁRIA, por algum dos motivos do art. 227 do RCC 3.0, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

7.2.1.1. A rescisão por ato unilateral deverá ser precedida de regular processo administrativo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa à COMODANTE com prazo não inferior a 10 (dez) dias úteis.

7.2.2. de forma amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a COMODATÁRIA;

7.2.2.1. O inadimplemento contratual de ambas as partes autoriza a rescisão amigável, que deve ser formalizada por distrato.

7.2.2.2. A rescisão amigável não será cabível nos casos em que forem constatados descumprimentos contratuais por apenas uma das partes sem apuração de responsabilidade iniciada ou com apuração ainda em curso.

7.2.3. de forma judicial, por determinação judicial.

7.3. A extinção do Termo de Contrato não acarreta automaticamente a extinção do Termo de Comodato, que tem prazo de vigência próprio.

7.4. A extinção do Termo de Comodato, formalizada por Termo de Rescisão Unilateral ou Distrato, será precedida, sempre que possível, de:

7.4.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

7.4.2. indenizações e multas.

7.5. Formalizada a extinção, o extrato do Termo de Rescisão Unilateral ou Distrato deverá ser publicado no Diário Oficial da União, no Portal do HU Brasil e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme o art. 230 do RCC 3.0.

8. **CLÁUSULA OITAVA - ALTERAÇÕES**

8.1. Eventuais alterações do Termo de Comodato serão regidas pela disciplina do art. 196 e seguintes do RCC 3.0.

8.2. Registros que não caracterizam alteração do Termo de Comodato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de Termo Aditivo.

9. **CLÁUSULA NONA - PUBLICAÇÃO**

9.1. A COMODATÁRIA providenciará a publicação no Diário Oficial da União, no Portal do HU Brasil e no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme o art. 278 do RCC 3.0.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA - FORO**

10.1. É eleito o Foro da da Justiça Federal em, *Seção ou Subseção Judiciária do* para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Comodato que não possam ser compostos pela conciliação.

Local e data

<div>COMODATÁRIA</div> <div>Presidente / Superintendente</div> <div>COMODATÁRIA</div> <div>Diretor / Gerente - HU Brasil</div>	<div>COMODANTE</div> <div>Cargo / Representante Legal</div>
--	---

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Documento assinado eletronicamente por **Katia Loana Carolino Rodrigues, Analista Administrativo**, em 08/05/2026, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Fortino Verdan Da Silva, Biomédico(a)**, em 08/05/2026, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANA LUIZA CAMPOS BUFFARA, Chefe de Unidade**, em 08/05/2026, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula de Azambuja, Médico(a)**, em 08/05/2026, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alana Zafaneli Machado, Chefe de Unidade, Substituto(a)**, em 12/05/2026, às 09:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **60552344** e o código CRC **89E1321D**.

Referência: Processo nº 23759.007450/2026-11 SEI nº 60552344